O território na acumulação capitalista: possibilidades da categoria a partir de David Harvey¹

Tatiana Dahmer Pereira²

Resumo

O presente artigo expõe a reflexão sobre a categoria território no contexto histórico de produção e de reprodução da acumulação capitalista, tendo por referência a leitura do geógrafo político David Harvey, autor que se coloca como tarefa a elaboração de uma teoria geral das relações espaciais e do desenvolvimento geográfico no modo de produção capitalista a partir da teoria social marxista. Tem por pressuposto contribuir também para a explicação das transformações das funções do Estado. Para tanto, sistematizamos pontos relevantes elaborados pelo autor em seu esforço de constituição de uma geografia política do capitalismo. O trabalho tem ainda por foco, contribuir para problematizar a relação entre a conformação do território e o papel do Estado na gestão das políticas públicas e sua relação com direitos de cidadania.

Palavras chave

Território; Estado; Direitos

The territory in the capitalist accumulation: possibilities of this category from David Harvey's theory

Abstract

The present article exposes reflection about the territory category in the capitalist accumulation production and reproduction historical context, with reference on the reading of the author David Harvey, who built himself as task the elaboration of a general theory of the space relations and the geographic development in the capitalist production embased on the marxist social theory. For that, has estimated to also contribute for the explanation of the transformations of the functions of the State. For in such a way, we systemize excellent points elaborated by the author in its effort of constitution of a geography politics of the capitalism. The work has for focus to contribute to think the relation enters the conformation of the territory and the paper of the State in the management of the public politics and its relation with citizenship rights.

Keywords

Territory; State; Rights

Apresentação

O artigo em questão apresenta algumas digressões em torno do território com base na leitura do geógrafo político David Harvey. Visamos contribuir para problematizar a relação entre a conformação do território a partir, dentre outros elementos, do papel do Estado na gestão das políticas públicas e sua relação com direitos de cidadania³.

Acreditamos que a opção pela referência a David Harvey sobre a dinâmica histórica da acumulação capitalista permite fortalecer uma determinada leitura sobre o território sócio-historicamente produzido nas dinâmicas de acumulação capitalista, com vistas a contribuir para intervenções dos sujeitos políticos que o conformam na perspectiva da transformação social e da garantia de direitos.

O artigo divide-se em três momentos. Um primeiro, de caráter introdutório, contextualiza a reflexão sobre o espaço na dinâmica do capitalismo, no âmbito da teoria social crítica.

O segundo momento aborda o conceito de território sob a perspectiva de Harvey, sistematizando em sua obra pontos que fundamentam a conformação de uma geografia histórica do capitalismo. A seguir refletimos sobre as *crises de superacumulação e deslocamentos temporais, ressaltando como ocorrem as formas de apropriação do espaço pela dinâmica capitalista. Por fim, tecemos algumas considerações a partir dos conteúdos trabalhados na perspectiva de contribuir com o debate sobre a dimensão territorial nas políticas públicas.*

A dimensão espacial na dinâmica do capitalismo

A dimensão espacial sempre esteve presente na teoria social, embora não mereça protagonismo, no que se refere ao seu papel para a reprodução do capital ou mesmo, nos processos de crises e de superação destas.

Alguns autores⁴, particularmente do campo da geografia política, têm se ocupado em investigar e em dar luz à relevância da dimensão espacial, bem como sua imbricada relação com a temporal. Um deles, em especial, tem desenvolvido com êxito em seus estudos uma “geografia histórica do capitalismo” (HARVEY, 2005, p.144).

David Harvey se coloca como tarefa a elaboração de uma teoria geral das relações espaciais e do desenvolvimento geográfico no modo de produção capitalista a partir da teoria social marxista, como forma a contribuir também para a explicação das transformações das funções do Estado. O autor teoriza como a dimensão espacial tem

sido historicamente apropriada pelo capital e como as suas dinâmicas imprimem uma racionalidade que assegure, mesmo a partir de suas crises e contradições, a reprodução e ampliação das condições fundamentais para a acumulação capitalista⁵.

Para Harvey

a história da mudança social é em parte apreendida pela história das concepções de espaço e de tempo, bem como dos usos ideológicos que podem ser dados a essas concepções (HARVEY, 1989, p.201).

Assim sendo, “todo o processo de transformação da sociedade deve apreender a complexa estrutura a transformação das concepções e práticas espaciais e temporais” (HARVEY, 1989, p.201).

Harvey (2004), em estudo sobre o Manifesto do Partido Comunista, sinaliza como Marx e Engels apresentam uma abordagem um tanto quanto ambivalente sobre o problema do desenvolvimento desigual e do ajuste espacial.

De um lado, questões de urbanização, de transformação geográfica e de “globalização” têm lugar proeminente em sua argumentação, mas, de outro, as potenciais ramificações, as reestruturações geográficas tendem a se perder numa modalidade retórica que privilegia o tempo e a história em detrimento do espaço e da geografia (HARVEY, 2004, p.40).

Ele lembra que as transformações geográficas foram de fato estratégicas à burguesia, como classe em ascensão, para solapar e subverter os poderes feudais restritos a territórios, continuando, no poder, a sua “missão revolucionária” (HARVEY, 2004, p.41). Portanto, há, de fato, a necessidade e o cuidado, para não se incorrer em uma “autonomização” dos discursos em torno tanto do espaço quanto do tempo ou de ambos, considerando-os apenas “como uma das escalas e mediações de análises dos processos e relações sociais”. Neste sentido, a integração entre escalas diferenciadas de processos macro, como a globalização e processos micro, da prática política, permitem “restabelecer conexões entre o discurso da globalização⁶ e o discurso de ‘corpo’ como condição para formação de novas utopias ou [...] de novos espaços de esperança” (CARDOSO, 2007, p.46).

Partindo do princípio que, no capitalismo, a reprodução da vida cotidiana vincula-se às condições materiais produzidas pelos seres humanos em suas relações

sociais, esta relaciona-se, necessariamente, às mercadorias produzidas colocadas continuamente em circulação (HARVEY, 2005, p.129).

Mas, embora pareça óbvia a associação da esfera da circulação com a dimensão espacial, é importante ressaltar que essa esfera não é o locus protagonista da extração da mais valia: possui papel secundário nesse sentido, mas visceralmente ligado à realização do capital enquanto tal. Nas relações de mercado, ela pode inovar por trazer a dimensão do lucro⁷, mas este não é o elemento crucial da transformação do dinheiro em capital, tampouco de sua valorização.

Harvey argumenta que, a circulação de mercadorias é o ponto de partida para a expressão da transformação do dinheiro em capital (MARX, 1988, p.121), ocorrendo, no entanto, a criação de valor do dinheiro, isto é, a materialização do trabalho social objetivado. O valor das mercadorias, após a produção, é acrescido na circulação pelo lucro, contribuindo com a vitalidade do capital.

Mas, é na circulação também que a dinâmica do capital entroniza os juros, estes considerados por Marx como o grande rendimento criado pelo capital, para anular aparentemente a sua relação antagônica na esfera da produção com o trabalho.

Portanto, a circulação, além de ser etapa fundamental de realização da mais valia, da afirmação da mercadoria enquanto tal, o é para o fortalecimento de seu processo de *fetichização*⁸ (IAMAMOTO, 2008). Marx desvela o processo de transformação de dinheiro em capital, demonstrando como a mais valia é gerada no “local oculto da produção” (MARX, 1988, p.140), fruto da desigual relação entre capital e trabalho, fundante do modo de produção capitalista.

Ainda assim, uma vez que a dimensão espacial é pouco sistematizada na obra de Marx, Harvey sinaliza em sua releitura, como é *na esfera da circulação*, do comércio das mercadorias, que estão dados os pressupostos históricos, sob os quais ocorre o que Marx denomina de a “metamorfose da borboleta” (MARX, 1988, p.134), ou seja, as condições objetivas sob as quais essa valorização se expressa.

Há que se diferenciar, portanto, dois momentos na obra de Marx, nos quais o espaço adquire importância. O primeiro refere-se aos contextos sociohistóricos dos lugares, aldeias e países, onde as condições materiais daquele momento histórico de produção e de reprodução do Capital, (a exemplo do caso da Inglaterra), determinavam qualitativamente sua forma de organização, os processos de trabalho, as condições de valorização do trabalho social e, enfim, as relações sociais historicizadas nos territórios.

O segundo vincula-se aos lugares de produção e de expressão da mais valia, às dimensões da produção, da circulação –do mercado como espaço de concretização,

iniciada na produção, da transformação do dinheiro em capital, do que o autor denomina do movimento incansável do capital, o incessante movimento do ganho.

Destarte, a circulação do dinheiro como capital é, para Marx “uma finalidade em si mesma, pois a valorização só existe dentro desse movimento sempre renovado”, cujo conteúdo objetivo da circulação é a “valorização do valor” (MARX, 1988, p. 125).

Ainda assim, mesmo que não nos detenhamos apenas sobre as dinâmicas do capital comercial e nos debrucemos sobre as outras formas de capital analisadas por Marx, tais como as formas industrial, financeira (que então ele denomina sob a forma de juros e que adquire forma própria e clara na contemporaneidade) ou fundiária, a dimensão espacial contribui no processo histórico como determinante para as relações sociais capitalistas.

O espaço do mercado é onde se dá o encontro entre aquelas pessoas que possuem uma única mercadoria para trocar, a força de trabalho⁹, com aquelas dispostas a adquirir essa mercadoria (capitalista), mediante um valor adiantado, pré-combinado, o salário. A venda dessa mercadoria, possuída pelo trabalhador, dá-se dentro de um tempo pré-combinado, tempo socialmente necessário, para, a partir do maquinário e da matéria prima do capitalista, produzir mercadorias necessárias que sigam ao mercado.

A diferenciação do dinheiro em sua origem para sua transformação em capital advém de como, no processo de circulação, este expressa a incorporação da mais valia extraída na produção e sua valorização assegura a transformação do dinheiro em capital. Para ele “dinheiro como dinheiro e dinheiro como capital diferenciam-se primeiro por sua forma diferente de circulação” (MARX, 1988, p. 121).

Se é na produção e, especificamente, no tempo de trabalho socialmente necessário à produção da mercadoria, incrementado pelo maquinário, que a mais valia é extraída e embutida no produto em circulação, podemos afirmar que a espacialidade expressa mais claramente a forma de valorização do capital – é, como podemos dizer, onde ela “se realiza” e, como vimos, se *fetichiza*.

A dimensão central, o sentido subjetivo do capital e onde ele se realiza é no valor de troca das mercadorias, ocorrida não na chamada circulação simples ($D - M - D$)¹⁰, momento apenas de mediação de mera troca de mercadorias (na troca de equivalentes), mas na relação $D - M - D'$, quando o dinheiro, inicialmente adiantado, valoriza-se, modificando sua grandeza de valor, de trabalho social objetivado, ao ter acrescida a mais-valia extraída no processo de produção.

O lugar é citado na obra de Marx como relevante para as determinações sociohistóricas de produção e de existência do dinheiro sob condições específicas para as relações sociais – seja na propriedade fundiária, seja nos espaços de troca, nos mercados.

Embora na produção ocorra a efetiva valorização do dinheiro a partir da extração do trabalho não pago e sua transformação em capital, a sobrevivência do capital necessita da circulação. Essa importante percepção de Harvey substancia sua teoria e o faz demonstrar como o capital terá como fonte permanente a preocupação de criar infra-estruturas sociais e físicas as quais sustentem sua circulação e necessariamente, sua dinâmica de acumulação.

O autor, a partir de pesquisa da obra marxiana, reconhece que há uma lacuna de elaboração sistemática e específica sobre a dimensão geográfica e espacial. Sua preocupação, ao propor uma leitura geopolítica do capitalismo, é desvelar o quanto a dimensão espacial, assim como a temporal, é fundamental para a sobrevivência do capital e para a resolução parcial de suas contradições, gerando novas dinâmicas e conflitos.

Ainda assim, na literatura tradicional de inspiração marxista de uma forma geral, a dimensão espacial não tem tido grande relevância para a compreensão da estruturação histórica do capitalismo.

Harvey (2005) demonstra, ainda, como o método de leitura espacial e geográfico sobre as dinâmicas capitalistas é tratado de forma diferenciada e, de certa forma secundarizada, por diversas abordagens teóricas:

Os microeconomistas que trabalham com a teoria da competição perfeita se deparam com monopólios espaciais; os macroeconomistas verificam quantas economias possuem bancos centrais e o fluxo característico das relações de força entre elas e os marxistas, ao contemplar as relações de classe, encontram zonas, comunidades, regiões e países (HARVEY, 2005, p.142).

Detendo-nos na vertente que inspira nosso trabalho e referenciados na abordagem de Harvey, em parte podemos afirmar que, embora a teoria social marxista apresente elementos referentes à relevância do espaço para a acumulação capitalista, dado o contexto histórico da produção de Marx, sua categoria estratégica é a do tempo e da história, sobre a dimensão espacial.

Em leitura mais acurada sobre o processo de transformação do dinheiro em capital, do necessário processo ulterior de acumulação primitiva¹¹, da expressão

dessa relação no mercado, da circulação de mercadorias e do processo produtivo, podemos mapear a relevância do espaço já naquele momento histórico.

Relativizando o que Harvey afirma anteriormente, alguns autores de peso como Luxemburgo e Lênin elaboraram em suas obras teorias sobre a dimensão espacial das dinâmicas capitalistas, na perspectiva de compreender como o capital se desenvolvia historicamente enquanto relação social e modo de produção e suas conseqüências na organização da sociedade. Não obstante tem sido Harvey o autor mais preocupado em desvelar como o espaço tem papel determinante, assim como o tempo e a história, na criação das condições necessárias à reprodução do capital.

Para Harvey

Marx não estava necessariamente equivocado ao priorizar o tempo sobre o espaço. Na circulação do capital, o propósito e o objetivo dos envolvidos deve ser controlar o tempo do trabalho excedente e transformá-lo em lucro, dentro do tempo de rotação socialmente necessário. Do ponto de vista da circulação do capital, portanto, o espaço aparece em primeiro lugar, como mera inconveniência, uma barreira a ser superada (HARVEY, 2005, p.145).

Harvey (2005) demonstra como Marx, em sua obra, explicita a relevância do espaço, na medida em que há permanente tentativa do capital em anular o espaço pelo tempo com vistas ao enfrentamento de suas crises e à garantia da ampliação das condições de acumulação capitalista.

A produção capitalista do espaço e a geografia histórica do capitalismo

A base da proposição de Harvey para desmistificar a produção desigual do espaço capitalista, e, necessariamente, a conformação de territorializações (HARVEY, 2004,p.108), relaciona-se com dois componentes.

O primeiro refere-se à produção de escalas espaciais e o segundo, à produção da diferença geográfica. Sua integração permite a apreensão da dinâmica de produção da geografia desigual.

No que se refere ao primeiro ponto, para o autor há uma variedade de escalas nas quais ocorrem as operações de processos ecológicos e físicos, não sendo estes, necessariamente “processos naturais”. Os seres humanos tendem, na relação com tais processos a produzir e a concretizar “suas próprias escalas para buscar a realização de suas metas e organizar seus comportamentos coletivos” (2004, p.108).

Assim, ele menciona que:

O caso das alterações da territorialização mostra claramente que não há nada “natural” nas fronteiras políticas, mesmo que características naturais com frequência tenham tido algum tipo de papel em sua definição. A territorialização é, em última análise, resultado das lutas políticas e de decisões políticas tomadas no contexto de condições tecnológicas e político-econômicas determinadas (HARVEY, 2004, p.108).

Harvey chama a atenção para uma contradição central, relacionada ao fato que, mesmo como um obstáculo a ser superado, a dimensão espacial precisa ser apropriada pelo capital com vistas à sua organização e à garantia da circulação da mercadoria no tempo socialmente necessário para sua realização – justamente como forma de superar o espaço pelo tempo.

Ainda em seus estudos, Harvey (2005) exemplifica como Marx frequentemente admite a importância do espaço e do lugar:

Entre os temas encontrados em suas obras incluem-se a oposição entre cidade e campo, a importância da divisão territorial do trabalho, a concentração das forças produtivas em aglomerados urbanos, os diferenciais geográficos no valor da força de trabalho e inclusive na operação da lei do valor e a importância de reduzir as barreiras espaciais por intermédio de inovações no transporte e nas comunicações. Além disso, Marx [...] teve que admitir que a transição para o capitalismo (e as perspectivas para o socialismo) era diferente de lugar para lugar, inclusive dentro da Europa ocidental (HARVEY, cit. 1982, p.143, 2005).

Ao discorrer sobre a importância das esferas da produção e da circulação do capital no seu processo de reprodução, Harvey (2005) elenca sinteticamente dez pontos característicos da dinâmica do capital, os quais contribuem para a compreensão posterior do padrão de políticas produzidas para a organização do espaço capitalista, bem como da criação de órgãos e instituições que assegurem permanentemente configurações espaciais favoráveis à reprodução do capital.

Esses elementos demonstram como a crise é inevitável ao modo de produção capitalista e, mais do que isso, inerente e necessária à sua reprodução. Dentre algumas saídas para resolução parcial destas e re-estabelecimento das condições de crescimento, está o investimento em políticas públicas sociais de diferentes tipos.

Assim, consideramos uma síntese dos principais pontos de funcionamento da dinâmica capitalista apontados pelo autor:

i. A apologia à ideologia do crescimento

Para Harvey há uma apologia à permanente necessidade de crescimento no capitalismo, uma vez que é vital a continuidade da circulação de capital para expansão ininterrupta do valor das mercadorias produzidas. Esse processo de incessante busca da valorização do dinheiro -fazendo com que este adquira valor maior ao final da circulação em relação ao início da produção— manifesta-se monetariamente como lucro. A expressão dessa valorização como lucro, obnubla a obtenção da mais-valia na esfera da produção.

Essa movimentação do capital em busca do crescimento e do lucro impulsiona o que o autor denomina de a “ideologia do crescimento” como forma saudável da economia, independente dos impactos ambientais, humanos ou geopolíticos que este crescimento possa causar.

ii. As relações de poder que pautam as trocas desiguais no capitalismo

O crescimento do capital, sua transformação de dinheiro inicial (D) a capital (D') na produção, se realiza por meio da utilização de trabalho vivo, a partir da relação (desigual) de troca entre o capitalista e o trabalhador. Essa redistribuição do poder social por meio da troca desigual é fundamental para ascensão e reorganização subseqüentes do capitalismo. No entanto, como podemos ver em Marx, a redistribuição é que não é a base adequada para circulação do capital e, sendo o ideal que todos os capitalistas obtenham lucros, o trabalho vivo é que deve ser a fonte exclusiva de valor agregado real na produção.

iii. A remuneração não está diretamente vinculada à queda da taxa de exploração do trabalho vivo

O lucro, assim como a mais-valia, se origina do trabalho vivo-fator reificado da produção e condição técnica pela qual é possível que a mão de obra gere mais na produção do que consiga obter através da troca da sua força de trabalho como mercadoria com o capitalista. Assim, um trabalhador pode ser bem pago e ainda assim estar inserido em alta taxa de exploração.

iv. A compreensão, sem reducionismo, da relação entre as classes para a dinâmica do capital

A circulação de capital baseia-se na relação entre classes, em interesses e lugares diferenciados ocupados pelos sujeitos que constroem a dinâmica do capital. Para Harvey, a divisão de classes não é o simplismo da oposição existente (entre capital e trabalho), mas a compreensão que esse modo de produção é, antes de tudo, relação social -ainda que não esgote todas as relações de classe presentes, sua contradição fundamental, entre trabalhadores e capitalistas “é a mais importante dentro da complexa tecedura da sociedade burguesa” (HARVEY, 2005, p.131).

v. A relação de classe é, por princípio, conflituosa e antagônica

Esse conflito e seus antagonismos influenciam, necessariamente, todos os aspectos da vida burguesa, ainda que possam existir conflitos de outras naturezas.

vi. O papel do dinamismo tecnológico no capitalismo

O modo capitalista de produção é tecnologicamente dinâmico, uma vez que há permanente aprimoramento de recursos tecnológicos, visando ao incremento da produtividade social, impulsionado pela permanente competição entre capitalistas e pelo conflito de classes. Essas mudanças dão vantagens aos capitalistas individuais e ajudam a manter lucros no mercado, além de se constituírem como uma arma para controle da intensidade do trabalho e diminuição do poder dos trabalhadores, com substituição das habilidades sob monopólio pelas inovações tecnológicas. Essas inovações permitem também aos capitalistas influenciarem a oferta de mão de obra mediante a criação do que Harvey denomina de “desemprego tecnologicamente induzido”, ao tornar as habilidades de segmentos de trabalhadores parcialmente obsoletos. As inovações impingem novas mudanças por parte dos trabalhadores, gerando a perpetuação das transformações e impulsionando a ideologia do progresso de forma visceral na vida burguesa.

vii. Mudanças tecnológicas e organizacionais requerem investimento de capital e de força de trabalho

Ou seja, essas mudanças impingem que a força de trabalho e o capital sofram permanentemente atualizações de forma a produzir e repro-

duzir excedentes de capital “capazes de alimentar o dinamismo tecnológico tão necessário à sobrevivência do capitalismo” (HARVEY, 2005, p.132).

viii. A instabilidade da circulação do capital

A circulação instável do capital faz com que esse modo de produção seja marcado por crises endêmicas e crônicas. Para Harvey, avaliando, inclusive os sete pontos anteriores, há uma contradição central – o sistema precisa, para sobreviver, se expandir às custas do trabalho vivo, mas as inovações tecnológicas pressupõem justamente a substituição do trabalho vivo na produção.

Assim, para o autor, crescimento e desenvolvimento tecnológicos são contraditórios entre si e, periodicamente, esse antagonismo impulsionalará o que Harvey chama de “crises de acumulação plenamente amadurecida” (HARVEY, 2005, p.133) ou seja, rupturas do processo de circulação do capital.

ix. O estado de superacumulação é conseqüência (e paradoxalmente, problema e solução parcial) da dinâmica do capital

A crise ocorre quando, efetivamente, os excedentes tanto de capital, quanto de trabalho, não podem mais ser absorvidos. O estado de superacumulação, que gera excedentes sem nenhuma funcionalidade ao sistema, é o ponto central das crises e contradições desse modo de produção, gerando irracionalidades que envolvem grande capacidade produtiva ociosa e grande desemprego.

x. Há resposta parcial do capital para lidar com a superacumulação

Excedentes que não podem ser absorvidos, tanto no âmbito do capital, quanto do trabalho, são desvalorizados, até mesmo destruídos fisicamente. Pode haver desde a desvalorização da moeda, da mercadoria, ou mesmo da capacidade física produtiva, quanto da renda real dos trabalhadores, do seu padrão de vida, dos mecanismos de seguridade. O sistema pode, inclusive, negligenciar a infra-estrutura física e social, as quais dão suporte à circulação do capital. Não é necessário dizer que, essas crises de desvalorização geram tensões políticas e sociais agudas.

Tais crises são enfrentadas parcialmente de diversas formas e Harvey salienta como a engenhosidade humana e a ação política evitam que as mesmas dissolvam-se na barbárie, aproveitando para utilizar as crises como momentos impulsionadores do crescimento.

Entretanto, para entender como as crises são enfrentadas no capitalismo, qual o papel do Estado e das políticas públicas nesse enfrentamento e em quê medida a dimensão espacial é estratégica para isso, é preciso, como sugere Harvey (2005), compreender melhor como as crises se formam e se desenvolvem. Sistematizando, a partir do exposto anteriormente, a primeira questão que nos colocamos relaciona-se às formas pelas quais a dinâmica capitalista se apropria da dimensão espacial para a produção das desigualdades geográficas.

Crisis de superacumulação e deslocamentos temporais: as formas de apropriação do espaço pela dinâmica capitalista

Pelo que vimos a dinâmica capitalista apropria-se intensamente da dimensão espacial, utilizando-a não apenas para sua reprodução, mas, centralmente, para a superação de suas crises e ampliação de sua ação, expandindo-se através de transformações de caráter técnico e organizacional em escalas¹² diferenciadas. Essas expansões, somadas à distinção geográfica, geram desigualdades geográficas que contribuem para delimitar relações de poder, de luta de classes e de comportamento coletivo.

A base impulsionadora, a busca pela superacumulação, produz forçosamente excedentes de capital e de força de trabalho –ambos acirrando conflitos e configurando-se pivôs centrais da crise desse modo de produção e também, para o autor, a grande contradição propulsora do crescimento do capital dentro de uma determinada lógica de desenvolvimento e impulsionadora da permanente necessidade de desenvolvimento, para sua superação, a partir da apologia ao crescimento.

No entanto, entendendo o capital antes de tudo como relação social, cuja dinâmica gera novos padrões de funcionamento e de comportamento e de regras sociais, o espaço se faz presente anunciado em diferentes dimensões e não apenas no óbvio âmbito da circulação.

A primeira dimensão, no que se refere ao processo inicial de produção do excedente, ocorre fora do espaço da circulação. Os excedentes de capital e de força de trabalho, gerados na esfera da produção, são mobilizados a partir de processos

diversos da acumulação primitiva, de expropriação do trabalho e de concentração geográfica (HARVEY, 2005, p.134).

A segunda demonstra que os excedentes também podem ser produzidos no espaço da circulação, sendo possível o lucro converter-se em capital, quando parte de sua obtenção é novamente investida na produção —sendo a única forma de sustento, por parte do lucro, da expansão necessária à sobrevivência do capitalismo.

O grande nó está na produção de excedente da força de trabalho, ocasionada, entre outras coisas, pelo desemprego gerado por mudanças tecnológicas e pela própria dinâmica do capital em manter um exército permanente de trabalhadores excedentes¹³ como forma de aprofundar a desigualdade na relação de poder entre capital e trabalho, uma vez que, como vimos, a força de trabalho não é uma mercadoria como outra qualquer. Não cabe ao capital, por exemplo, o domínio direto sobre sua reprodução.

A coexistência dos excedentes de força de trabalho e de capital, fruto da superacumulação, gera profundas e cíclicas crises para dinâmica do capital e Harvey, na busca de compreensão sobre essa convivência, explica

como os deslocamentos, espacial e temporal, oferecem amplas oportunidades para a absorção dos excedentes, provocando, no entanto, conseqüências dramáticas para a dinâmica da acumulação (HARVEY, 2005, p.136).

A conjugação dessas duas dimensões oferece alternativas parciais às crises cíclicas do capital e ambas têm ligação visceral. Assim, Harvey parte do que ele considera as duas categorias básicas da existência humana: o espaço e o tempo (HARVEY, 1989, p.187). E faz-se necessário, portanto, debater a fundo visando desnaturalizar a existência dessas duas categorias em nosso cotidiano.

Assim, para na concepção de Harvey

A história dos conceitos de tempo, espaço e tempo-espaço na física tem sido marcada, na verdade, por fortes rupturas e reconstruções epistemológicas. A conclusão a que deveríamos chegar é simplesmente que nem o tempo nem o espaço podem ser atribuídos significados objetivos sem se levar em conta os processos materiais e que somente pela investigação destes, podemos fundamentar de maneira adequada, os nossos conceitos daqueles (HARVEY, 1989, p.189).

No que tange a uma forma de expressão espacial da projeção do capital e sua relação com o tempo, a circulação do capital precisa ser concluída no tempo de

rotação socialmente necessário (HARVEY, 2005, p.136), isto é, no tempo médio necessário para girar certa quantidade de capital em relação à taxa média de lucro sob condições normais de produção e de circulação.

No entanto, a pressão da competição impulsiona a aceleração do tempo de rotação a partir das mudanças tecnológicas e organizacionais, o que gera condições anormais de desvalorização da força de trabalho e também de produção de excedentes de capital¹⁴.

Como forma de enfrentamento dessas crises no tempo e no espaço, o capital tende a produzir mais inovações científicas e tecnológicas, que por um lado, contribuem com a aceleração de sua dinâmica de produção, mas também, em outro tempo, da criação ou provisão de infra-estruturas sociais e de serviços sociais, de educação ou de repressão, para “habituação dos trabalhadores” os quais, no longo prazo, podem contribuir para o fomento de “tempos de rotação agregados mais rápidos”, ao amenizar conflitos de classe gerados pelos excedentes da superacumulação e mesmo readequar mão de obra para as inovações organizacionais e tecnológicas.

O que Harvey nos informa é que, através dos investimentos sociais, “certa parte da circulação de capital desacelera para promover tempos de rotação acelerados para a parte restante” de forma a existir o que ele denomina de “equilíbrio dinâmico” em que os excedentes são absorvidos na criação de infra-estruturas físicas e sociais, facilitando a criação de excedentes adicionais (HARVEY, 2005, p.137).

A resposta parcial encontrada pelo sistema para enfrentar a crise de sua produção de excedentes, então, é a procura do capital em obter tal equilíbrio dinâmico ao gerar infra-estruturas físicas e sociais as quais absorvam parte dos excedentes, permitindo a circulação do capital e facilitando a criação de novos excedentes.

À frente desses investimentos os quais visam prioritariamente o enfrentamento parcial das crises, encontra-se o Estado, marcadamente de classe, mas crivado por contradições e tensionado pela organização dessas infra-estruturas e promoção e gestão das políticas sociais.

Harvey (2005) utiliza um conceito chave para a compreensão do impacto da dinâmica capitalista sobre o espaço e sua conseqüente transformação em território, ao imprimir lógicas de funcionamento visando não apenas à reprodução do capital, mas à superação de suas crises.

As transformações das relações socioespaciais no capitalismo, têm como resultado a produção do que Harvey sintetiza no conceito de “coerência estruturada”¹⁵, relacionado à constituição e ao consumo de um determinado espaço pelo capital.

A organização do espaço pelas dinâmicas dessa relação social, do capital, nos permite denominar uma sutil diferença entre espaço e território: este último como

um espaço com certa organização “orquestrada” pelas dinâmicas do capital e determinada pelas relações e conflitos sociais inerentes ao seu momento histórico e contexto cultural.

O globo nunca foi um campo nivelado em que a acumulação capitalista pudesse jogar o seu destino. Foi e continua a ser, uma superfície intensamente variada, ecológica, política, social e culturalmente diferenciada. Os fluxos de capital encontram alguns terrenos mais fáceis de ocupar do que outros em diferentes fases de desenvolvimento (HARVEY, 2004, p.51).

Ainda, essa organização do espaço ocorre em grande parte via tecnologias de produção e organizacionais; implementação de infra-estruturas físicas e sociais; disposição e dimensionamento de indústrias e empresas, bem como interconexão entre elas, mas também a partir de mecanismos de repressão, impulsionando a produção de um território que consiste em “um espaço em que o capital pode circular sem os limites do lucro, com o tempo de rotação socialmente necessário sendo excedido pelo custo e tempo do movimento” (HARVEY, 2005, p.146).

Essa anulação do tempo pelo espaço procura criar as condições necessárias de apaziguamento temporário dos conflitos, de reprodução da força de trabalho, de constituição de exército industrial de reserva e de produção de excedentes, capazes de alimentar o processo de acumulação do capital.

Mesmo que a dimensão territorial não se restrinja à existência e às atribuições do Estado, Harvey afirma que a percepção da “coerência estruturada” ocorre de forma muito mais clara *com a presença do Estado*, a partir do que podemos reconhecer como políticas reguladoras dos processos de trabalho, asseguradoras de um determinado padrão de vida dos trabalhadores, de condições de mobilidade e de remuneração da força de trabalho e, obviamente, das políticas sociais, reguladoras dos investimentos sociais requeridos pelo equilíbrio dinâmico nos quais os excedentes de capital são absorvidos.

Na realidade, cabe ao Estado assegurar o que o autor denomina de um mercado de trabalho relativamente coerente, ou seja, “um espaço em que a força de trabalho pode ser substituída numa base diária –com a extensão dessa substituição definida pelo custo e pelo tempo do movimento do trabalho diário” (HARVEY, 2005). Esse é um princípio importante de desagregação espacial e uma forma dos capitalistas, assegurando a variedade de substituições nos processos

produtivos, superarem limites geográficos específicos. Mas, o Estado é apenas uma das muitas instituições mediadoras, influentes na dinâmica da acumulação e da luta de classes – e Harvey (2004) chama a atenção para o papel das finanças e do dinheiro, sendo esse último

no nível do mundo, uma certa representação universal do valor com que se relacionam os territórios (por meio de suas próprias moedas) e à qual os produtores capitalistas se adaptam em sua busca de alguma medida de seu desempenho e sua lucratividade (HARVEY, 2004, p.54).

Aqui fica claro como as transformações histórico-geográficas e a dinâmica da acumulação conferem à espacialidade sentidos, conformando *territórios*¹⁶.

Parte da construção desses sentidos e da transformação dos espaços em territórios relaciona-se a essa capacidade de substituição de “partes” estratégicas nos processos de acumulação, especialmente da onde se extrai mais-valia. Há, portanto, a necessidade de vulnerabilidade da mão de obra, bem como a proximidade ou acessibilidade ao trabalho de vasto universo de trabalhadores sujeitos a qualquer sorte de relação trabalhista.

Entretanto, Harvey (2004) em seus estudos sobre o *Manifesto*¹⁷, investiga os limites que erigem obstáculos à criação do ajuste espacial por parte dos trabalhadores inseridos no processo de acumulação. As bases desiguais da relação, que expropria e submete esses sujeitos históricos, fragiliza condições para a construção de racionalidades voltadas à constituição do ajuste espacial do trabalho.

Estes são pontos importantes que consideramos ao analisar os diferentes padrões de políticas públicas e sua relação com a construção dos territórios, desenvolvido no segundo ponto desse capítulo inicial.

O terceiro aspecto sustentado por Harvey para a garantia da expansão da acumulação capitalista e como expressão de sua apropriação do espaço, centra-se na formação de alianças regionais de classe como estratégia do capital para sua reprodução.

Em relação às alianças regionais, interpretação construída por Harvey, Marx sinaliza ao final de sua obra central, *O Capital*, sobre a importância do comércio internacional como lógica de expansão do capital. Essa dimensão macro, de contexto histórico das relações entre países, da necessidade de ampliação do espaço do capital, relaciona-se com a necessidade do capital ampliar sua dinâmica, também com vistas à superação de suas crises internas.

Na reflexão pouco sistemática de Marx sobre o papel do espaço há referências à ampliação de mercados para assegurar o processo de acumulação, o quê contribui para compreender as transformações sócio-produtivas, com fortes impactos territoriais a partir do século XX.

Para Harvey (2005), a partir dessas colocações, neste século, a sobrevivência do capitalismo foi assegurada apenas pela transformação das relações espaciais e pela ascensão de estruturas geográficas específicas. No entanto, essa ampliação tem um agente-chave, dentre outros. As denominadas alianças regionais contam com o protagonismo (mas não a exclusividade) do Estado na sua organização e visam à defesa de valores já materializados e da coerência regional estruturada já alcançada. Essas alianças tendem a ter instabilidades, uma vez que, mesmo no âmbito das classes do capital, há diversidade de interesses e de lógicas de funcionamento, uma vez que “as diferentes frações do capital e do trabalho representam diversos interesses dentro de um território” (HARVEY, 2005, p.151).

Essas alianças pautam-se na importância de se estabelecer pactos miminamente necessários à acumulação e mesmo à garantia de condições para manutenção do padrão de vida dos trabalhadores (estes, por sua vez, também possuem fragmentados interesses e formas de organização, assim como os capitalistas).

Na construção e manutenção das alianças regionais, o Estado tem, portanto, papel protagonista. Embora não se limite a ele, a construção dessas pactuações regionais dá-se impulsionada pelo poder estatal, que tem o papel de mediar conflitos entre as classes, bem como intra-classes, com vistas à garantia dos processos de reprodução da dinâmica do capital (HARVEY, 2005).

No que se refere ao Estado, o autor problematiza uma compreensão dessa instância diferente da leitura leninista, a qual, segundo ele, procura conferir uma dimensão geopolítica às reflexões de Marx, introduzindo o conceito de Estado, como “o conceito fundamental pelo qual se expressa a territorialidade” (HARVEY, 2005, p.144).

Ao contrário disso, o autor não restringe a dimensão geográfica a uma teoria do Estado, embora sinalize sobre a fundamental importância da intervenção estatal na formalização das relações de produção na construção de relativa coerência para o funcionamento do mercado de trabalho (HARVEY, 2005, p.146).

Destarte, sistematizamos a seguir a reflexão marxista e de Harvey sobre como a dinâmica capitalista se apropria da dimensão espacial para assegurar sua reprodu-

ção e qual a centralidade do Estado ao mediar a racionalidade capitalista de organização, muitas vezes através das políticas públicas.

A grande contradição presente para o Estado capitalista é em relação à forma universalista a ser assumida por ele, enquanto esfera de disputa por interesses particulares de classe.

Neste ponto, Harvey avança na análise do movimento do capital, ao demonstrar os conflitos existentes intra-classes¹⁹ os quais, no caso dos capitalistas, expressam-se claramente no processo de distribuição.

Essa e outras fragmentações geram potenciais disputas entre os capitalistas, cabendo ao próprio Estado a mediação desses conflitos através de mecanismos de regulação, pois “o Estado e, especificamente o sistema legal, possui papel importante na sustentação e na garantia da estabilidade desses relacionamentos básicos” (HARVEY, 2005, p. 84).

O Estado, portanto, tem para Harvey, o papel de ser também árbitro dos interesses fracionários dentro da classe capitalista, de mediador de conflitos junto aos trabalhadores e dos conflitos entre as classes, visando garantir a reprodução social.

Compartimos da compreensão clássica de Engels, segundo a qual o Estado não é um poder de fora da sociedade, mas fruto das relações e contradições sociais em um estágio específico do desenvolvimento, sendo originado da contradição entre os interesses universais e os específicos de classe. É, necessariamente,

o reconhecimento de que essa sociedade se envolveu numa autocontradição insolúvel e está rachada em antagonismos inconciliáveis, incapazes de serem exorcizados. No entanto, para que esses antagonismos não destruam as classes com interesses econômicos conflitantes e a sociedade, um poder aparentemente situado acima da sociedade, tornou-se necessário para moderar o conflito e mantê-lo no limite da ‘ordem’ e esse poder nascido da sociedade, mas se colocando acima dela e progressivamente alienando-se dela, é o Estado (ENGELS apud HARVEY, 2005, p.80).

O Estado é capaz de assegurar a pactuação permanente necessária à manutenção da coerência regional estruturada, fazendo-o através de suas “instituições legais, executivas, de participação e negociação política, de repressão e força militar”, gerando como resultado alianças regionais de classe, estabelecidas a partir do aparelho estatal (HARVEY, 2005, p.152).

Esta é uma das formas concretas do Estado capitalista de assegurar a permanente coerência regional estruturada, tão fundamental à reprodução das condições

geográficas de reprodução do capital e, conseqüentemente, da força de trabalho. Ressalta-se que mesclam a isso os investimentos e recursos para o financiamento das intervenções públicas e, em particular, das políticas públicas.

Considerações finais

Esse ensaio teve por foco o esforço de construir fundamentação para a categoria território, como uma das variáveis da dinâmica de acumulação capitalista. Pensada no contexto mais amplo dos processos sociohistóricos de conformação desse modo de produção, a categoria “território” passa a ser problematizada a partir dos anos de 1990 como uma “panacéia” capaz de assegurar ou, ao menos, orientar a implementação de políticas públicas assegurando sua efetividade e eficácia.

Nessa lógica, é preciso investigar como esses processos podem ser lidos, considerando as particularidades de desenvolvimento capitalista em cada país, integrados e dependentes na dinâmica mundial em cada fase que esse modo de produção apresenta.

Seja pela racionalidade empresarial de gestão dessas políticas, trazida à tona pelas pactuações em torno do ajuste liberal imposto a partir do Consenso de Washington, 1989 (*apud* FIORI, 2001), seja por proposições de setores ligados à defesa de direitos humanos e a movimentos de democratização do Estado brasileiro, o termo território ganha bastante relevância.

Acreditamos que, cientes da relevância da dimensão territorial para a consolidação de condições de reprodução da acumulação, que não ingenuamente, organizações internacionais financeiras de fomento, como o Banco Mundial (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) priorizam de longa data a dimensão territorial, especialmente ao apregoar, desde os anos de 1960, a focalização nas populações mais pobres. Porém, as decisões formuladas a partir do ajuste fiscal são absorvidas explicitamente pelo Estado brasileiro, conforme diretrizes traçadas pelo Plano Diretor de Reforma do Estado (PDMARE, 1995), elaborado pelo então Ministro Bresser Pereira.

Tradicionalmente têm pautado-se mais pela perspectiva fragmentária de enfrentamento das demandas locais e regionais advindas das contradições entre as classes sociais, exprimindo lacunas expressivas de interlocução setorial no território entre as disciplinas e contradizendo, entre outros aspectos, possibilidades postas pela propalada relevância da intersetorialidade entre políticas públicas, ressaltando ser necessária sua compreensão a partir de uma perspectiva de globalidade

na apreensão crítica sobre o papel do Estado, visando não romper com a tradição de análise dessa dimensão integrada à economia (DRAIBE, 2007).

Nos propusemos a fundamentar que o território só deve ser compreendido no contexto mais amplo das dinâmicas de acumulação, sob o risco de sofrer o que Havey, autor que nos fundamenta, denomina de “autonomização”.

Por fim, as possibilidades múltiplas trazidas por essa leitura nos permitem enfrentar, sob uma perspectiva crítica, uma das lacunas centrais existentes em diversas disciplinas que orientam a formulação de políticas públicas: a dificuldade (intencional?) de promoção da integração setorial e territorial entre as mesmas.

Referências

CARDOSO, I. C. da C. *Cartografias de um debate teórico: o espaço e o tempo* In: FRANCISCO, E. M. V.; ALMEIDA, C. C. L. de (Org.) *Trabalho, território, cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2007.

COUTINHO, C. N. *Contra a Corrente: ensaios sobre a democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000.

DRAIBE, S. M. O. *Estado de bem estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea*. In HOCHMAN, G (org) *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed Fiocruz, 2007.

FIORI, J.L. *A ilusão do desenvolvimento*. In Brasil no Espaço. Petrópolis, RJ:Vozes, 2001

HARVEY, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1989 (3. ed.).

_____. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005 (Coleção Geografia e Adjacências).

_____. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.

IAMAMOTO, M.V. *Renovação e conservadorismo no serviço social – ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. *O Capital: crítica da economia política: livro I*. trad. Reginaldo Santt’ana. 15ª edição. RJ: Bertrand Brasil, 1996. 2v (996p).

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social* São Paulo: Cortez, 2008.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Volume I – Livro Primeiro. O processo de produção do Capital. Tomo I. 3ª edição. SP: Nova Cultural, 1988 (Os Economistas).

Plano Diretor da Reforma do Estado (PDMARE), Brasília: MARE, 1995. Consulta em PDF <http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>

PAOLI, MC; TELLES, V. *Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo* in ALVAREZ, S E, DAGNINO, E; ESCOBAR, A (orgs) *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos – novas leituras*. Belo Horizonte: Humanitas. Ed UFMG, 2000.

SANTOS, M. *Técnica Espaço Tempo – Globalização e meio técnico-científico informacional*. SP: Ed HUCITEC, 1996.

_____. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. Fundação Perseu Abramo: SP. 2000.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002

SOARES, L. T. R. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez editora. Coleção Questões da nossa época, v. 78.

_____. *Ajuste neoliberal e desajuste na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

Notas

- 1 O artigo tem por base o capítulo I da tese de doutorado da autora. Intitulada “Política Nacional de Assistência Social e Território – um estudo à luz de David Harvey”, foi defendida no Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) em fevereiro de 2009, sob orientação dos Professores doutores Adauto Lucio Cardoso e Orlando Alves dos Santos Junior.
- 2 Professora adjunta da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (ESS/UFF), assistente social e doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). tatianadahmer@ig.com.br
- 3 A categoria de cidadania é bastante polêmica e alvo de profusos estudos em diferentes disciplinas. Paoli e Telles (2000) exemplificam que na luta pela redemocratização, um instrumento fundamental dos movimentos sociais “foi a apropriação da noção de cidadania que torna operacional sua visão ampliada de democracia. As origens da atual noção redefinida de uma nova cidadania, podem ser parcialmente encontradas na experiência concreta dos movimentos sociais no final da década de 1970 e nos anos 80. Para os movimentos sociais urbanos, a percepção das carências sociais como direitos representou um passo crucial e um ponto de inflexão em sua luta” (PAOLI; TELLES, 2000, p.83). Partilhamos da definição de Coutinho (2000), que considera cidadania como “a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto, historicamente determinado” (COUTINHO, 2000, p.50).
- 4 A geografia tem trazido especiais e fundamentais contribuições à reflexão sobre a dinâmica capitalista e as transformações socioeconômicas. Dentre importantes teóricos dessa disciplina, Milton Santos é um dos centrais que produzem grande contribuição sobre o território. Sua categoria de totalidade é o espaço e o território só pode ser compreendido como sinônimo de espaço geográfico a partir da categoria de análise central de “território

usado”. Ele afirma que “o território, em si mesmo, não constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico como tema das ciências sociais, isto é, como questão histórica. A categoria de análise é território usado” (SANTOS *apud* CARDOSO, 2007). Para Cardoso (2007) o autor considera o espaço uma união indissociável das formas-conteúdo, ou seja, de sistemas de objetos e de sistemas de ações, mediados pelas técnicas como formas híbridas desses dois sistemas (2007, p.40).

- 5 Há sinalizações de Marx em *O Capital* (1988), para a base das contradições no modo de produção capitalista. Uma das centrais refere-se ao anúncio da democracia social burguesa, que apregoa um sistema de trocas de mercadorias pautado na liberdade e na igualdade, em oposição ao modo feudalista, e que desemboca em processos desiguais e opressivos (HARVEY, 2005, p.84). A explicação, centrada na contradição original entre as classes sociais, demonstra como a classe trabalhadora é expropriada do controle dos meios de produção.
- 6 Para Harvey (2004) e mesmo outros autores, o que chamamos de “globalização” tem existido com outras roupagens há muito tempo, pelo menos desde 1492, a partir da integração do mercado nos limites históricos e tecnológicos de seus tempos, com fenômenos e conseqüências político-econômicas alvo de comentários por diferentes autores, a exemplo de Polanyi (2000).
- 7 O lucro é a remuneração que o capital cria para o capitalista, a sua “taxa de retorno”, mas não essencialmente fruto da apropriação do excedente do trabalho.
- 8 No processo de circulação, Marx demonstra como o capital alcança seu ápice ao render *juros*, mecanismo através do qual parece possuir uma relação consigo mesmo, autonomizando-se aparentemente do trabalho para criar valor – como se isso fosse possível fora do processo de produção. Assim, os juros são a forma mais “coisificada” (reificada) do Capital (IAMAMOTO, 2008, p. 93).
- 9 Para Marx a “força de trabalho ou capacidade de trabalho” é “o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 1988, p.135). Portanto, a força de trabalho não é uma mercadoria qualquer, uma vez que é de posse do trabalhador e, mesmo alienada temporariamente para a produção em uma relação desigual de poder, o capital não tem domínio sobre a sua reprodução.
- 10 Nessa formula, o D (dinheiro inicial) entra no processo de troca quantitativamente inferior ao D’ (dinheiro) final. Mas, diferentemente da forma completa, onde o dinheiro final se valoriza qualitativamente, nesta há apenas algum acréscimo quantitativo ao valor final na negociação do mercado.
- 11 A acumulação primitiva, na pesquisa histórica de Marx, é o ponto de partida do modo de produção capitalista e não decorre de seu processo produtivo. Primitiva, por ser anterior à acumulação e cujos métodos de acumulação pelas elites econômicas em cada contexto histórico de cada país, ocorreram marcados por muita violência de expropriação dos que viriam a ser, em futuro próximo, os trabalhadores (MARX, 1996).
- 12 A escala é, portanto, algo relevante para as dinâmicas de funcionamento, socialização e reprodução do capital para o autor, na medida em que se constituem mediações de análise dos processos e relações sociais. Harvey (2004) compreende que a conexão entre a escala global e a escala de corpo permite a apreensão das dinâmicas políticas de produção do espaço capitalista e disputas em torno de projetos (HARVEY, 2004).
- 13 Referimo-nos à expressão “exército industrial de reserva”, criada por Marx. O autor observa que “a verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as ne-

cessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente” (MARX, 1996, p.731). Assim, segundo a Lei Geral da Acumulação Capitalista, quanto maior a produção de riquezas maior a geração de riquezas e de excedentes, tanto para capital, mas centralmente, para o trabalho, acentuando o pauperismo, pela disponibilidade da mão de obra e queda dos salários.

- 14 Toda a transformação tecnológica e o processo de acumulação flexível, analisada por Harvey, colocam novas formas de apropriação do espaço pelas dinâmicas temporais de acumulação do capital, gerando novos sentidos e contradições (HARVEY, 1989, p.188).
- 15 O conceito de “coerência estruturada” em HARVEY abrange “as formas e as tecnologias de produção (padrão de utilização de recursos pelas conexões inter-indústrias, formas de organização, tamanho de empresas) as tecnologias, as quantidades e qualidades de consumo (o padrão e estilo de vida tanto dos trabalhadores como da burguesia) os padrões de demanda e oferta de mão de obra (hierarquias das habilidades de mão de obra e processos sociais de reprodução, para assegurar a oferta dos mesmos) e as infra-estruturas físicas e sociais” (HARVEY, 2005, p.146).
- 16 Utilizamos o conceito de território para espaços cujas intervenções públicas e sociais são rearranjados, adquirindo novos sentidos. O território, como afirma Santos (2002), não é por si um conceito, mas, “só se torna um conceito utilizável para análise social quando o consideramos a partir do seu uso” (SANTOS, 2002, p.22). A proposição de Harvey de leitura sobre a relevância da dimensão espacial na reprodução da acumulação do capital, no permite desnaturalizar o espaço, compreendendo-o como arena de disputa de sentidos e construção de dinâmicas para os fluxos de capital, transformando-os em territórios.
- 17 Em estudo específico do Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels, Harvey (2004) dissecou a dimensão espacial presente no documento, problematizando a geografia do Manifesto e parte do princípio que a acumulação do capital sempre foi uma questão profundamente geográfica.
- 18 Para ele, a forma de distribuição do excedente produzido encontra-se na fragmentação entre as formas de capital, mediadas pelo próprio Estado, decompondo com a homogeneidade no âmbito da classe capitalista ao gerar novas formas (e interesses, com potenciais conflitos) de capital: o industrial, o financeiro, o arrendatário e o mercantil, por exemplo (HARVEY, 2005, p. 85).

Recebido em dezembro de 2010, aceito para publicação em janeiro de 2011.